

SABER, POLÍTICA E NAVALHA: O MANDONISMO BRASILEIRO EM *O ALIENISTA*, DE MACHADO DE ASSIS

Jean Pierre Chauvin¹

RESUMO:

Em 2008, centenário da morte de Machado de Assis e bicentenário da chegada da corte à (então) capital brasileira, a crítica machadiana deverá aprofundar estudos em várias direções, enfocando outros gêneros para além dos romances e contos do escritor. Este trabalho retoma a novela "O Alienista" (Papéis Avulsos, 1882) de modo a ilustrar o funcionamento de determinadas instituições políticas por aqui. Levou-se em conta o nascimento e a continuidade do mandonismo brasileiro, considerando nossas especificidades histórico-culturais, com direito a chefes locais no papel de políticos, autoridades científicas e eclesiásticas e populares da província. Certos capítulos da história universal parecem dialogar com a narrativa machadiana. Convertem os eventos em Itaguaí numa paródia local da Revolução Francesa e, simultaneamente, em alegoria da política conciliatória brasileira.

“ - Não há nenhuma diferença entre um escritório quente, aconchegado, e esta enfermaria – disse Andriéi Iefímithc. – A tranqüilidade e a satisfação do homem não estão fora, mas dentro dele.” (Tchekhov)

Em 2008 comemora-se o centenário da morte de Machado de Assis (1839 - 1908) e o bicentenário da chegada e instalação da Coroa portuguesa no Rio de Janeiro. Seja por absenteísmo político ou desinteresse por certos capítulos de nossa história, não é de se estranhar que este seja um ano mais machadiano que histórico, o que se percebe pelo volume de referências ao escritor, celebrado em vários veículos, especialmente nos jornais, em que se incluem o nome de vários estudiosos, dos mais célebres aos mais novos: Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, John Gledson, Hélio Seixas Guimarães e Lúcia Granja, entre outros.

Quanto aos eventos transcorridos na cidade natal de Machado, em 1808 - salvo honrosas exceções, como o oportuno livro de Laurentino Gomes (1808), publicado no final do ano passado - o sentimento em nós é provavelmente ambíguo: misto de algum desconforto perante o passado e atribuição de pouco valor aos episódios envolvendo a chegada da numerosa e dispendiosa família real portuguesa: único país capaz de ludibriar os implacáveis invasores: “Enquanto fechava acordos secretos com a aliada Inglaterra, D. João persistia naquele seu jogo de faz-de-conta com os franceses.” (GOMES, 2007, p. 52)

Em Machado, a história de nossas ambigüidades serve à melhor literatura. O leitor lembrará que em *O Alienista* (1881) existe um território que, na forma como foi desenhado, pode passar despercebido aos olhos dos leitores: a Câmara de Vereadores da vila de Itaguaí. Entretanto, raras vezes em sua ficção, o escritor daria tamanha atenção à configuração dos espaços, especialmente considerando-se que se trata de uma narrativa de menor extensão.

De fato, o órgão máximo da cena política itaguaiense, além de estratégico, é mais importante que a maior propriedade da vila (a residência de um albardeiro de nome bíblico, Mateus)

¹ Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (2006). Professor de literatura no Colégio da PM (www.colegiadapm.com.br) e no CIPS (www.cips.org.br); e de redação, na Legulus (www.leituraescritura.com). jpchauvin@tera.com.br

ou a barbearia que serve como QG dos revolucionários Canjicas, liderados por Porfírio. Politicamente falando, a vereança só perde em poder e eficácia para a Casa de Orates, o trono psiquiátrico de Simão Bacamarte.

É produtivo recordar o papel da Câmara, no enredo. Na virada do século XVIII para o XIX, Simão regressa ao Brasil e dedica-se à ciência, mais especificamente à medicina psiquiátrica. Para fundar a Casa Verde, hospício que reunirá os loucos da vila e das imediações, o médico precisa da formalização da Câmara para legitimar a origem dos recursos extra a serem empregados na construção e manutenção do local.

Impressionados com a argumentação de tão douto cientista, os vereadores prontamente autorizam um estipêndio como forma de cobrir o orçamento para a implantação do asilo. Uma ágil manobra que simboliza também a institucionalização do poder público, associada ao supremo poderio do médico autoritário.²

É chegado o momento em que a vila de Itaguaí passa por uma revolução. Então, os vereadores - em eterna divergência de interesses próprios - entregarão o poder da Câmara ao barbeiro, Porfírio Caetano das Neves, rival máximo da plebe que mal representa e da ciência que pouco alcança.

O que se percebe nesses e em outros episódios envolvendo a Câmara é a difusa ligação do colegiado com os três poderes: judiciário, legislativo e executivo. Essa confusão de prerrogativas ilustra um fato recorrente em nossa história política: o acúmulo de tarefas não pertinentes à alçada da vereança, em desacordo com as determinações da Coroa, de todo modo conivente com as práticas localistas no país.

Como salienta a historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz: “Cabiam à Câmara, por si mesma, ou por funcionários por ela nomeados, todos os 'assuntos' de ordem local, não importando que fossem de natureza administrativa, policial ou judiciária.” (1969, p. 12-13)

A ênfase nos fatos transcorridos na Câmara não é gratuita. É lá que têm lugar as decisões de cunho orçamentário e feição política. Recursos financeiros e autoridade política, aliás, não são justamente os ingredientes essenciais à sobrevivência de qualquer feito, ainda que este se contrapusesse à opinião pública?

O poder dos grandes proprietários rurais, ocupantes diretos ou indiretos das Câmaras, seria abalado demorada e gradativamente, apenas a partir da vinda da família real e a centralização do poder no Rio de Janeiro. Apenas em 1828, “com a lei de organização municipal, as Câmaras passaram a ser rigidamente, submetidas aos conselhos gerais, mais ou menos equivalentes às posteriores assembléias provinciais: era o chamado ‘sistema de tutela’.” (QUEIROZ, 1969, p. 37)

É nesse quadro histórico que se passa a novela machadiana. Quatro grupos sociais estão rigorosamente acomodados em seus nichos: nobres intelectuais (a Casa Verde), religiosos (a paróquia), políticos (a Câmara de Vereadores), pequenos comerciantes e artífices (a Casa de Mateus, as Barbearias de Porfírio e João Pina e a Botica de Crispim Soares – este, aliado do médico de primeira hora), e as mucamas de Dona Evarista.

O acesso dos populares à Câmara de Vereadores não se dá pelas vias protocolares. De fato, barbeiro e companhia só terão ingresso mediante a virulência de sua revolta.

² Dante Moreira Leite sintetiza a concepção de Erich Fromm a respeito da personalidade autoritária em termos que se aplicam a Simão Bacamarte, devoto da ciência: “O autoritarismo resulta de duas tendências antagônicas: do masoquismo, pelo qual o indivíduo se anula diante dos outros, e do sadismo, pelo qual procura submeter e dominar os outros. Através do masoquismo o indivíduo não apenas sofre, mas, sobretudo, torna-se parte de algo maior e mais forte que ele – uma pessoa, uma instituição, Deus, a Nação. Através do sadismo, a pessoa domina outra, torna-se o deus desta última. Embora até certo ponto contrárias, as duas tendências têm como elemento comum o abandono do eu.” (1976, p. 53)

Curiosamente, refletindo outro dado da história nacional, a Simão Bacamarte – próspero morador que acabara de retornar da Europa -, não só a Câmara abre as portas, como lhe empresta a aparente solidariedade de seus políticos que, convém lembrar, implementam uma nova taxa para o financiamento do asilo para loucos.

Acumulando a Câmara as suas tarefas jurídico-administrativas e o poder de executar, a vereança favorece o império do mando. Nem é outro o regime que vigora na vila de Itaguaí. A rigor, trata-se do poder de médico *versus* a fraca resistência do leigo, com os vereadores de caráter vacilante e idéias inconsistentes de permeio.

Seria possível apontar outras chaves comparativas entre os letrados e os iletrados; entre os homens formados no estrangeiro e os rudes provincianos daqui; entre os doutores ocupantes de postos da alta e dispendiosa hierarquia portuguesa e os senhores rurais e pequenos comerciantes. Assimetrias sócio-culturais em que cabem as palavras de Guy Debord: “Refletir sobre a história é, inseparavelmente, *refletir sobre o poder*.” (1997, p. 92)

É relativamente fácil encontrar na ficção machadiana o questionamento educado de certas arbitrariedades de nossas elites ilustradas e/ou montadas em favores remunerados, através de cenas que, invariavelmente, visam ou caem no ridículo. Em se falando de Machado, é bom lembrar a sua erudição e o provável conhecimento de causa a respeito de diversos episódios de nossa história, principalmente dos bastidores sociais e políticos que ampararam nosso mandonismo. Os recados dados em *O Alienista* ilustram várias acepções:

“a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de Autoridade’ ou ‘defesa da Ordem’. Entre essas duas místicas –a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos.” (FREYRE, 1933, p. 87)

Estamos na segunda fase machadiana, sem grande espaço para os preceitos românticos. A pseudociência de Bacamarte esbarra no teatro que é Itaguaí e seus potenciais atores. Conforme Alfredo Bosi:

“Machado vive até o fundo a certeza pós-romântica de que é uma ilusão supor a autonomia do sujeito. E porque ilusão, um grave risco para o próprio sujeito parecer diferente da média geral sancionada. (...) O tom que penetra o conto-teoria não é sarcasmo aberto do satírico, nem a indignação, a santa ira do moralista, nem a impaciência do utópico. Diria, antes, que é o humor de quem observa a força de uma necessidade objetiva que prende a alma frouxa e veleitária de cada homem ao corpo uno, sólido e manifesto das formas instituídas.” (1999, p. 84 e 85)

Numa camada acima do tom histrião e a feição rocambolesca, os episódios com a Câmara de cenário apontam aos leitores a direção das raízes e as formas de manutenção do mandonismo brasileiro. Quem não manda, obedece: fórmula tosca que poderia explicar as posturas dos poderosos que rivalizam no nível do discurso e, de fato, nos interesses personalistas. Não por acaso, na novela as contendas entre médico e barbeiro emparelham-se às discussões entre os mandões que presidem a Câmara de Vereadores.

As contendas refletem um dado familiar a nossa história: o mando, por aqui, dizia respeito a critérios estritamente localistas no exercício do poder, tocado aos gritos por quem pudesse mais. Eram em geral, os grandes proprietários rurais, promovidos quase que automaticamente a vereadores devido a sua renda e posses. É a tradição localista, descrita por Maria Sylvia Carvalho Franco: “o fabricar de lealdades e fidelidades através de um processo cumulativo de recíprocos encargos e favores promovia, sucessivamente, a eliminação completa da possibilidade de um existir autônomo.” (1983, p. 87)

Historieta à beira do fantasioso, a novela é lastreada por “verdades” históricas. O fato é que *O Alienista* reproduz comicamente as viciadas estruturas centralizadoras, como provam as disputadas dos vereadores por picuinhas, não exclusivamente na província do Rio de Janeiro, mas nas Câmaras espalhadas pelo território. Em alguns trechos, a linguagem parece ajustar-se ao tom de fofoca, por obra do narrador, antecipando a percepção de Walter Benjamin a respeito do romanesco: “entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.” (p. 198)

O leitor repara também que não há menção à Prefeitura, na novela, já que essa instituição só seria implementada no Brasil após os eventos envolvendo Bacamarte. Em lugar do prefeito, que acuda o padre. E como seu ofício se aproxima da de um suplente político e mentor espiritual, o diplomático padre Lopes comporta-se ambigualmente, como todos os alienados - escorregando ideologicamente do *novo* (a ciência personificada por Simão) ao *antigo* (incluindo a religião e a política local). Se não apóia a medicina por se tratar de católico dogmático, também não a critica abertamente, pai espiritual matreiro que é, como sugere seu próprio nome.

Na lógica radicalmente cartesiana, binária, de Simão Bacamarte, tudo pode entrar em questão, inclusive o que se entende por “lógica”, já que estamos lidando com supostos limites bem marcados entre loucura e razão. Sendo ou não sendo equilibrado mentalmente, o que vale é o poder de análise que justifica a função do alienista erudito na província, com seu quê de moralizador de costumes e poses. O médico reúne duas autoridades: a de doutor soberano e a de mandão intelectualizado, o que confere à narrativa certo grau de denúncia contra os abusos da esfera pública e a arbitrariedade da ciência, refletida nos tipos caricatos:

“Ao classificar os doentes em furiosos e mansos, ao relatar as subclasses e ao relacionar, na segunda fase da atividade científico-doutrinária de Simão Bacamarte, os modestos, os tolerantes, os verídicos, os símplices, os leais, os magnânimos, os sagazes e os sinceros, não estaria o espírito satírico de Machado de Assis reproduzindo o exagero e a relativa arbitrariedade do furor classificatório da medicina mental do século XIX?” (LOPES, 1981, p. 26)

Se Bacamarte fosse homem estreitamente ligado à política, a que partido se afiliaria? Provavelmente ao dos conservadores, podemos pensar inicialmente. Mas sua postura de doutor absolutista comporta um comportamento condizente com certa ideologia mais autêntica que a do próprio barbeiro, líder revolucionário por oportunismo: liberal no discurso, conciliador na prática. Revolta à base de navalha, com o alcance naturalmente mais curto que o das espadas da Revolução Francesa.

A quem Simão Bacamarte recorre para inaugurar a Casa Verde? À Câmara. O médico cientista certamente conhece o poder desmedido dos vereadores. De certa forma, a loucura que toma os estudos do cientista não poderia ser lida como pretexto para catar as mais sérias incoerências universais em escala local?

As palavras com que Bacamarte justifica seu afastamento dos negócios do reino (“Itaguaí é meu universo”) têm, na verdade, maior alcance. Itaguaí como elo de uma corrente invertida: vila da província do Brasil, país-colônia de Portugal, país-refugio do ideário e comportamentos europeus.

O material do alienista também somos nós. O enunciado representa um pensamento dos mais coerentes. Seu apelo jocoso-moralista convida a encaixar as nossas teorias particulares no papel de leitores sérios, embora atribuindo apenas comicidade à ficção.

Escrito às vésperas do centenário da Revolução Francesa e às portas da mudança do Império para a República, no Brasil, não se pode negar as referências do narrador-manipulador às convulsões ocorridas na França (capítulos V e X), e a Conjuração Mineira.

Em sua Revolução de fachada, os Canjicas obedecem a um conhecido e recorrente roteiro de nossa história: a união de forças populares contra o poder exercido por um homem estreitamente ligado à Corte. Nesse sentido, o palco dos embates entre médico e barbeiro são sugestivos: da varanda de sua vasta residência, Simão vocifera – lembrando certos discursos históricos, como o “fico”, de Dom Pedro I - em favor do asilo e seus métodos de seleção e reclusão, alegando o caráter soberano e exclusivista da ciência.

Delegando o poder à entidade abstrata (ciência), Simão Bacamarte confunde a multidão que, desorientada, vai de encontro à Câmara de Vereadores, cuja retórica perde em convicção e sapiência para o assalto do poderoso barbeiro, à frente dos trezentos revoltosos.

Destituídos os vereadores, a Câmara torna-se uma espécie de QG político, ainda que sem lei. Simboliza especialmente que o poder público passou das mãos dos políticos locais para o povo, numa súbita democracia igualmente de fachada, já que orientada por um líder ambíguo, dividido entre tirar poder ao médico arbitrário e ter o seu quinhão de prestígio: evidente sinal de demência (ao menos, do ponto de vista de Bacamarte).

Da luta entre autoritarismo científico e vaidade política, sai vencedor o médico, louco-sábio, luso-brasileiro, inocente e culpado, lido e cedo, poderoso e solitário. Sorte de Dom Quixote acompanhado de perto pelo boticário Crispim Soares, Sancho machadiano. Itaguaí, vila transformada em clínica para doentes mentais, assiste aos privilégios do bajulador-mor: “Não parece que vemos o cavaleiro da Mancha e o seu fiel escudeiro, um visionário, o outro realista, aquele, voltado para o futuro, este para o presente? Nem falta ao boticário o senso comum característico de Sancho Pança.” (MOISÉS, 2001, p. 131)

Ainda que trancafiado na Casa Verde, Crispim tem a liberdade de ver sua esposa diariamente, contrariando a terapêutica do médico - nem tão metódico, afinal de contas. A amizade desculpa as incoerências do boticário, concedendo-lhe tratamento diferenciado, pelo avesso da norma até então imutável do alienista. O favorecimento de Bacamarte está na ponta de um comportamento comum, por aqui.

“Quando se trata de rejeitar o mundo, rejeita-se no Brasil o universo das relações pessoais, para se cair de quatro no universo das leis impessoais, essas regras que esfolam e submetem todos os desprotegidos (ou seja, gente sem relações, gente *indivisa*).” (DaMATTA, 1997, p. 24)

Em verdade, três são os tablados da farsa: a Casa Verde, a Câmara de Vereadores e a barbearia: nobreza, políticos e plebe. Entre a modesta barbearia de Porfírio Caetano das Neves e a imponente mansão de Simão Bacamarte, a Câmara, liderada por homens de posição conflitante e caráter duvidoso.

No plano da ficção, os discursos rendem saboroso recheio verbal: prolixo, enfeitado, montado nas incongruências do poder político de uma vila diminuta e remota, ela mesma incompatível com tanta pompa, seja de Pádua, Coimbra ou do Rio de Janeiro, a setenta quilômetros dali:

“Em O Alienista”, vinga-se Machado de Assis dos cultivadores da linguagem enfática, fazendo Simão Bacamarte mete-los na Casa Verde. (...) o gosto da frase pela frase pode conduzir às raias do desvario. Um abismo parece mediar entre a magra realidade e a linguagem hiperbólica de que fazem uso os personagens para exprimi-la.” (SOARES, 1968, p. 13-16)

A ficção se apropria dos dados de nossa constituição histórica, como observou Pasta Jr. a respeito de Brás Cubas: “Cette fixation à l'entre deux, on pourrait l'appeler le régime de la limite. Peut être est-ce le regime dominant de nos formations culturelles.” (p. 166)³

Demos um passo além, com o apoio de nossa história política. Itaguaí nada mais é que a síntese de um conglomerado de vilas autônomas, semeadas em praticamente todo o território nacional, desde a fundação de São Vicente, em 1533.

Ora, é muito provável que Machado tivesse notícia de determinados procedimentos desconhecidos, resultado do poderio dos mandões locais (em nossa fase “pré-coronelistas”), em divergência com os interesses da província e, muitas vezes, da própria Coroa, como ressalta Maria Isaura Pereira Queiroz:

“negavam as novas Ordenações [Filipinas] caráter político e judiciário às Câmaras, que se deviam contentar com funções econômicas e administrativas. Mas elas não tomaram conhecimento das limitações e continuaram exercendo, com direito ou sem ele, as atribuições que julgavam de sua competência, desenvolvendo assim, à margem dos textos legais e muitas vezes contra eles, um imenso poder que a Coroa aceitava e sancionava.” (1969, p. 14)

Como ficou dito, essa descentralização política só seria abalada em 1828, por ocasião do “Ato adicional”, que determinava o necessário crivo da assembléia do Rio de Janeiro para a aprovação de quaisquer alterações na legislação das vilas.

Considerando-se que a história de “O Alienista” acontece pouco antes da vinda de Dom João VI ao Brasil, acrescentando-se o fato de a Revolução dos Canjicas lembrar a Conjuração Mineira e, em escala ainda maior, a Revolução Francesa, parece claro que a vereança itaguaiense, no âmbito ficcional, segue desobedecendo aos mesmos preceitos e autoridade da Coroa.

Isso explicaria o fato de a Câmara ter aprovado por conta própria, a criação da Casa Verde, o estipêndio para financiar a manutenção do asilo repleto de alienados, e, simbolicamente, passar o poder da vila às mãos do barbeiro Porfírio, quando intimidada.

“eram muito pobres de recursos as Câmaras municipais, fenômeno que persistia desde a Colônia; suas rendas tinham sido sempre tão minguadas que, na Colônia e no Império, precisando o município de algum melhoramento, era este custeado por subscrições entre os proprietários da zona.” (QUEIROZ, 1969, p. 56)

Da Coroa à Colônia, da razão à loucura, eventos universais são parodiados sem diferenciação, na imponente pintada hilariamente por Machado. Entre a internação de supostos desequilibrados e a reclusão do próprio Bacamarte, há algo de teatral: cálculo ou renúncia do médico, cioso por deixar o palco sob eventuais aplausos (ainda que igualmente falsos) da multidão de alienados?

“É difícil, em suma, ficar alheio ao impacto de *O Alienista* sobre os nossos hábitos e convenções, conduzindo-nos a ver, na Itaguaí perdida num Estado dum país que poderia ser qualquer, em perenidade, o próprio homem em sua caminhada pela vida fora. Mais do que uma história, é uma interpretação condensada da angústia do homem em face de sua condição de alienado na terra onde vive sua prisão apenas desfeita pela morte ou pela loucura impiedosa.” (MOISÉS, 1967, p. 174)

³ Podemos chamar a essa fixação entre dois [pólos] de regime do limite. Talvez o regime dominante de nossas formações culturais.

Se a Bastilha da Razão Humana é o asilo, a barbearia congrega nossa incipiente burguesia e a vereança sinaliza para a contínua fragilidade ideológica do governo mal administrado, a oscilar do privilégio particular à hipocrisia coletiva.

Referências

- [1] BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- [2] BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- [3] CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- [4] CHAUVIN, Jean Pierre. *O Alienista: a teoria dos contrastes em Machado de Assis*. São Paulo: Reís, 2005.
- [5] DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- [6] DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- [7] FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- [8] GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007.
- [9] LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- [10] LOPES, José Leme. *A psiquiatria de Machado de Assis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.
- [11] MACHADO DE ASSIS. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1992. V. 2.
- [12] MOISÉS, Massaud. “Notas preliminares” In: MACHADO DE ASSIS. *Memorial de Aires / O Alienista*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1967.
- [13] MOISÉS, Massaud. *Machado de Assis: ficção e utopia*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- [14] PASTA Jr., José Antônio. “Changement et idée fixe”. *Aul fil de Plume*. CREPAL, Cahier n° 10. Presses Sorbonne Nouvelle.
- [15] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1969.
- [16] SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e a análise da expressão*. Rio de Janeiro: MEC, 1968.
- [17] TCHEKHOV, Anton. “Enfermaria n° 6” In: _____. *Contos*. Tradução: Boris Schnaiderman. São Paulo: Abril Cultural, 1979.